

**ACTA**

Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**DELIBERAÇÕES**

**VOTO DE PESAR** – Presente a seguinte proposta: “Faleceu no final da última semana Almor Vaz, uma destacada referência na nossa cidade e no desporto local. Almor Vaz foi um dos pioneiros da prática do Andebol em Guimarães e nos últimos cinquenta anos desempenhou várias funções na modalidade, primeiro como atleta e treinador e mais recentemente como dirigente do Desportivo Francisco de Holanda, onde presidiu à sua última Comissão Administrativa. A história do andebol local, modalidade que durante décadas foi a segunda com maior número de praticantes no concelho, referencia-o como uma das figuras mais notáveis. Nesta hora de dor, proponho que a Câmara Municipal transmita à sua família o seu mais profundo pesar”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E**

**INFRACÇÕES CONEXAS 2011** – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Administração Geral: “Dando sequência ao despacho de 31/03/2011 do Sr. Presidente, e uma vez que estão agora reunidas as informações de todos os responsáveis pelas unidades orgânicas relativas às medidas de prevenção para 2011, encontra-se concluída a proposta do **Plano de Prevenção de Riscos e Infracções Conexas do Município de Guimarães de 2011 (Plano)**. Recordo que o Plano de 2011 teve em consideração o **Relatório Anual** sobre o cumprimento do **Plano de 2010** elaborado pela **Equipa de Controlo e Acompanhamento** (designada por despacho do Sr. Presidente de 05/02/2010), que se anexa (**Anexo 1**). Este Relatório, que abrange os 2 semestres de 2010, contém as medidas definidas no **Plano de 2010**, as que foram implementadas, a análise da sua implementação e a identificação das respectivas evidências. O Relatório foi divulgado pelas unidades orgânicas para preparação das medidas para 2011, devendo agora ser dado a conhecer ao Órgão Executivo. Quanto ao Plano de 2011, cuja proposta se anexa (**Anexo 2**), deve ser submetido à aprovação do Órgão Executivo”. O Relatório Anual mencionado na proposta como Anexo 1 foi disponibilizado para consulta. O Plano de Prevenção de Riscos e Infracções Conexas de 2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Luísa Oliveira solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta:** “O grupo de vereadores do PSD congratula-se pela implementação de um instrumento fundamental para credibilizar a actuação autárquica, sobretudo num momento em que a nossa democracia e a situação do país exigem intervenções exemplares daqueles que, no caso que



estamos a discutir, são os que em última instância respondem por uma gestão transparente e eficaz dos dinheiros públicos. As autarquias locais são, como bem refere na sua introdução o documento em apreço, “um dos principais fundamentos de todo o regime democrático” pelo que é obrigação dos seus membros eleitos contribuírem com sugestões para melhor concretizar a sua missão. A Câmara de Guimarães onde estão a decorrer processos de certificação de qualidade, encontra-se num processo de aprendizagem, tal como a maior parte das organizações deste país, pelo que é nossa convicção que este tipo de instrumentos são sempre passíveis de processos de melhoria contínua. É na sequência deste espírito que hoje e, sem termos consultado o 1º Relatório em que se fundamentou o Plano hoje aqui discutido para 2011, gostaríamos de deixar alguns contributos. O primeiro prende-se com o contexto excepcional que estamos a viver com a aproximação da CEC que acarreta ao município e aos seus serviços um acréscimo de responsabilidades e de trabalho, pelo que naturalmente as situações em que podem ocorrer infracções são perfeitamente vulgares e resultantes da nossa condição humana. Por esse motivo, consideramos que seria desejável que a monitorização prevista para ser realizada semestralmente seja, neste período excepcional, realizada de três em três meses, para que a gestão autárquica tenha um controlo sobre os procedimentos que lhe permita atempadamente implementar medidas correctivas, se a sua necessidade for detectada e, por esta via, responder aos nossos concidadãos pela transparência de todo este complexo processo. Uma outra sugestão, ainda ligada não só ao processo de aprendizagem mas também às questões da transparência, prende-se com a constituição da equipa de Controlo e Acompanhamento que, neste momento e por despacho

do Sr. Presidente da Câmara é composta pelo menos por três elementos das unidades orgânicas. A nossa sugestão é que, atendendo ao facto de este Município contar com um número razoável destas estruturas, haja rotatividade dos elementos que compõem esta equipa. Ganha-se em transparência, há um olhar diferente provavelmente mais eficaz e acresce a responsabilidade daqueles que têm por missão analisar e propor a simplificação de processos, mas simultaneamente tornem estes planos instrumentos flexíveis que incorporem novas situações e novas soluções. Uma última sugestão, ainda relacionada com a primeira, prende-se com o facto de todo o processo de acompanhamento ter lugar em pleno período de férias o que desde logo poderá constituir um impedimento à comunicação e comprometer a eficácia deste processo". -----

**REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, no sentido de facilitar a acessibilidade e mobilidade das pessoas com Deficiência em situação de carência económica, criou em 2001 o Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência cujo benefício consistia na redução de 50% sobre a aquisição do passe social dos Transurbanos de Guimarães, conforme Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, publicado no Diário da República nº 233, II Série, de 8 de Outubro de 2001 (Aviso nº 7861/2001). Volvidos 10 anos sobre a sua aplicação, a Câmara Municipal de Guimarães, consciente de que os cidadãos com deficiência, independentemente da sua condição social, económica e cultural, têm dificuldades acrescidas para exercerem plenamente a sua cidadania, considera oportuno introduzir alterações ao Regulamento actualmente em vigor. As alterações no



Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência que aqui se propõem, têm como principal objectivo introduzir medidas que promovam a inclusão das pessoas com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, independentemente da sua condição económica, e introduz a possibilidade de, no âmbito dos benefícios concedidos nos transportes urbanos, ser atribuído um cartão de acompanhante do deficiente, favorecendo assim a sua mobilidade e consequente acesso aos variados sectores da vida social. Deste modo, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea a), do nº 6, do artigo 64º e da alínea a), do nº 2, do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em vista o estabelecido nas alíneas g) (saúde) e h) (acção social) do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e alínea c), do nº 4, do artigo 64º, da mencionada Lei nº 169/99, propõe-se a aprovação do Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, que se anexa à presente proposta.” O Regulamento do cartão Municipal da Pessoa com Deficiência dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. A Vereadora Luísa Oliveira solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que a seguir se transcreve, ficasse registada em acta:** “Em relação a este ponto em discussão o grupo de vereadores do PSD não pode deixar de se congratular com as alterações introduzidas neste regulamento, não só porque a deficiência já é naturalmente um bom motivo para se aplicarem medidas de discriminação positiva, mas também porque demonstra a sensibilidade do município num

momento em que, como já referi anteriormente a grave situação do país e do mundo irão deixar os mais vulneráveis ainda mais fragilizados. Neste Regulamento para além de outras alterações decorrentes do conhecimento adquirido ao longo de dez anos em diversos domínios, aquilo que mais nos toca é que a atribuição deste cartão não terá a condicionante da situação económica de quem o requer. Hoje o grau de incerteza é de tal modo dramático, que ninguém está livre de ver sua situação económica mudar drasticamente para pior de um dia para o outro, o recurso à solidariedade familiar também deixou de ser um apoio porque esta insegurança é transversal a todas as gerações”. -----

### **SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**– 2011 –** Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães criou em 2010 o Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho), instrumento normativo para facilitar a criação de condições e meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas actividades, induzir a necessária planificação dos apoios a conceder, e aumentar os graus de transparência nos processos decisórios. Em 2010, 47 Instituições de Solidariedade Social de Guimarães formalizaram o seu registo municipal, de acordo com a alínea d) do Artigo 6º do Regulamento (Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães – RMISG), requisito indispensável para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal. Das instituições registadas, 42 apresentaram candidaturas. Nesta fase, e considerando as actuais disponibilidades financeiras do Município, propõem-se para aprovação o financiamento de treze instituições candidatas que a seguir se apresentam por ordem de



classificação: -----

Nº CI.	INSTITUIÇÕES	Valor a Financiar
1	Lar de Santo António	30.000,00
2	Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães	10.400,00
3	Associação de Reformados de Lordelo	10.000,00
4	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas – CERCIGUI	6.500,00
5	Centro Social Paroquial de Gondar	5.000,00
	Centro Social Paroquial S. Cristóvão de Selho	5.000,00
	Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	5.000,00
6	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais – ADCL	4.000,00
7	Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães – APCG	3.500,00
8	Associação Recreativa e Cultural Monte S. Pedro	3.000,00
9	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição	2.500,00
10	Venerável Ordem Terceira de S. Domingos	2.000,00
11	Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave	1.000,00
Total		87.900,00

Os critérios que estiveram na base da apreciação e avaliação dos projectos/actividades apresentados pelas instituições encontram-se previstos nos artigos 10º e 11º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, valorizando os seguintes parâmetros: – Qualidade e interesse; continuidade e qualidade de execuções anteriores; criatividade e inovação; consistência e adequação do orçamento apresentado às actividades a realizar; capacidade de angariação de outras fontes de financiamento; número potencial de beneficiários; consonância entre os objectivos propostos com o plano de actividades da câmara municipal de Guimarães para a área social; resposta às necessidades da comunidade, intervenção continuada em área prioritárias de inserção social e comunitária, contributo para a correcção das desigualdades de ordem socioeconómica, combate à exclusão social e âmbito geográfico e populacional de intervenção. De acordo com o disposto no n.º 1

do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de financiamentos às instituições supracitadas, no montante total de €87.900,00 (oitenta e sete mil e novecentos euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador José Manuel Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto:** "Votamos favoravelmente esta proposta de atribuição de subsídios a estas instituições de solidariedade social, porque reconhecemos a importância do seu desempenho, por todo o concelho, no campo da acção social e da solidariedade. De acordo com os propósitos que enformam o Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, cujo objectivo principal é normalizar e criar condições e meios necessários às instituições para o desenvolvimento das suas actividades, induzir a necessária planificação dos apoios a conceder e aumentar os graus de transparência nos processos decisórios, somos a dizer: 1-As propostas de apoio devem ser apresentadas isoladamente, instituição por instituição, permitindo uma análise e decisão individuais. Como todos sabemos, existem diferenças substanciais entre as diversas instituições, e estas diferenças podem, em alguns casos, inibir ou condicionar a aprovação do lote apresentado. Se adoptarmos este método a votação será mais criteriosa e, acreditamos, mais justa. 2-Não são claros, nos processos consultados de candidatura aos subsídios, os critérios aplicados para a atribuição destes montantes. Pensamos que é importante, se buscamos a transparência, que as candidaturas sejam uniformizadas de modo a facilitar o entendimento e a justeza do critério da decisão. 3-Seria excelente que cada processo tivesse anexo um relatório onde constasse a pontuação





atribuída, item por item, conforme as exigências do regulamento.  
4-A existência de regras e critérios verdadeiramente transparentes facilitam a nossa decisão”. -----

**PLATAFORMA DE ARTES E CRIATIVIDADE – PROGRAMAÇÃO E GESTÃO** – Presente a seguinte proposta: “Considerando: - Que

a gestão dos equipamentos culturais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da política cultural do Município; - Que a definição de uma política cultural coerente confere eficácia e eficiência à acção municipal neste domínio e que esta é a melhor forma de atingir resultados consistentes; - Que, independentemente dos actuais constrangimentos financeiros, a Autarquia deve procurar sempre assegurar a plena rentabilização dos recursos de que dispõe; - Que a fase em que se encontra o processo de construção da Plataforma de Artes e da Criatividade aconselha que se comece a perspectivar e delinear a sua programação e modelo de gestão; - Que a Cooperativa A Oficina acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos culturais com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; - Que, no âmbito de tal gestão, A Oficina tem desenvolvido, também, uma programação no domínio das Artes Plásticas para a Área Expositiva do Centro Cultural Vila Flor que tem, igualmente, colhido uma apreciação muito positiva por parte dos artistas e dos públicos; - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa A Oficina garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros actores que importa implicar na gestão dos equipamentos; - Que A Oficina já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem ser mobilizados para a gestão deste novo equipamento. Entendo que a

Cooperativa A Oficina se encontra numa posição privilegiada para desenvolver propostas de programação e gestão a apreciar de seguida pelos Órgãos do Município. Deste modo, proponho que a Câmara Municipal cometa à Cooperativa A Oficina: **1** - A elaboração de uma proposta de programação para a Plataforma de Artes e Criatividade a integrar a programação de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura e a concretizar aquando da inauguração daquele equipamento; **2** - A elaboração de um estudo que configure uma proposta de modelo de gestão global e a sua sustentabilidade económica em termos futuros".-----

**O Vereador André Coelho Lima** leu, em voz alta, um documento sobre o **ponto 1 da proposta**, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "O que se propõe no primeiro ponto que nos é presente para deliberação é a aprovação de que seja cometida à Cooperativa «A Oficina» *"a elaboração de uma proposta de programação para a Plataforma das Artes e Criatividade a integrar a programação da «Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura» e a concretizar aquando da inauguração daquele equipamento"*, sendo que, esta proposta de programação a ser eventualmente elaborada pela Oficina, será em seguida *"apreciada pelos Órgãos do Município"*, tal como resulta do texto da deliberação. Impõe-se um esclarecimento prévio: É opinião dos vereadores do PSD, em consonância com os diversos órgãos do partido que foram consultados para este efeito, que a programação de um equipamento cultural como a Plataforma das Artes e Criatividade pode, e porventura deve, ser levada a cabo pela Cooperativa «A Oficina». Por um lado, face à actual conjuntura económica, somos, como temos sido, contra a criação de mais entidades participadas pelo Município. Nessa conformidade, a integração de



tal equipamento no universo das entidades municipais já existentes, seria sempre uma solução que mereceria a nossa concordância, assegurando, como se diz no texto da deliberação, a plena rentabilização dos recursos de que dispõe os Município. Por outro lado, e subscrevendo parcialmente os considerandos vertidos no documentos que nos é dado para deliberação, concordamos que «A Oficina» tem de facto acumulado ao longo dos últimos anos a experiência na gestão de equipamentos culturais, e sobretudo, que através da entrega a uma empresa do universo das entidades municipais já dedicada à gestão de espaços culturais, se assegure uma certa coerência da política cultural do Município, uma vez que esta Cooperativa dispõe já de recursos especializados e experientes neste domínio. No entanto e não obstante o que ficou dito, muitas dúvidas se nos surgem ao analisar o que nos é proposto neste ponto da deliberação. Desde logo, é com enorme estranheza e até estupefacção que constatamos ser a Câmara Municipal a elaborar e apresentar uma tal proposta. Tal como consta nos compromissos assumidos pela Câmara Municipal para com o Governo de Portugal na atribuição a Guimarães da responsabilidade de organizar a Capital Europeia da Cultura em 2012, à Câmara Municipal competiria a gestão da vertente material, tudo o que fosse relacionado com a intervenção no espaço urbano, em sentido lato, e a uma fundação a criar (neste caso, a Fundação Cidade de Guimarães) competiria a gestão da vertente imaterial do evento «Guimarães 2012 - CEC», isto é, tudo o que tivesse que ver com a programação cultural em torno do evento. Neste pressuposto, aliás repetidamente assumido de forma pública pelo Presidente de Câmara, é difícil perceber porque razão é a Câmara Municipal a propor-se entregar à Cooperativa «A Oficina» a programação da Plataforma das

Artes, quando se trata de competência próprias específicas da Fundação Cidade de Guimarães. Cumpre aliás perguntar: Qual é o papel da FCG nesta proposta? Foi ouvido o seu Conselho de Administração? Qual o grau de envolvimento da FCG nesta intenção de entrega à Cooperativa «A Oficina»? A razão destas questões prende-se com a circunstância de se tornar difícil conseguir-se perceber, como se justifica que exista uma entidade criada e concebida para a gestão da vertente imaterial da CEC-2012, e não constar do texto da deliberação qualquer referência à FCG, precisamente no que concerne à programação daquele que é o principal equipamento cultural no âmbito da CEC-2012. Até porque, como é sabido, foi a FCG dotada de uma verba assinalável para ser destinada à programação cultural (€ 45 milhões), verba essa que se espera seja igualmente utilizada na programação da Plataforma das Artes. Ou está pensado que ficando tal gestão a cargo da «Oficina» tenha que ser o Município a suportar os custos com tal programação? Por outro lado, surpreende-nos a circunstância de nos estar a ser transmitido que a proposta de programação a elaborar pela «Oficina» será apreciada pelos Órgãos do Município. Trata-se, como é sabido, de uma régie-cooperativa que nunca prestou contas da sua actividade, que nunca quis informar esta Câmara Municipal dos seus relatórios de contas, e agora, pretende-se que a mesma submeta a apreciação dos Órgãos Municipais uma proposta de programação cultural...? É que, além do mais, se a intenção da Câmara é solicitar uma proposta de programação à Oficina, porque é este assunto sujeito a deliberação? Como sabemos, e tem aliás sido feito em diversíssimas situações, o Presidente de Câmara pode solicitar ele próprio o estudo, trazendo depois o resultado desse estudo a reunião de Câmara, pelo que se



estranha, por inusitada, esta atitude de pretender vincular a totalidade do executivo a um simples pedido para apresentação de uma proposta de programação, não sendo essa deliberação tecnicamente necessária. No entanto, se estivermos porventura perante a aurora de uma nova prática política deste executivo – o que sempre seria de louvar – então deseja-se que a mesma seja consequente, isto é, que «A Oficina» comece, como aconselham as boas práticas da transparência na gestão da coisa pública, a responder a todos os requerimentos dos eleitos vimaranenses, a prestar contas da sua actividade, a apresentar relatório da sua contabilidade, sendo que, porventura, para que tudo isto possa começar a ser uma realidade, talvez o aconselhável fosse mesmo promover a transformação d' «A Oficina» em empresa municipal. Por último, permanece ainda sem esclarecimento a questão em torno do envolvimento do artista plástico José de Guimarães. Como todos sabemos, ainda há pouco meses assistimos a uma apresentação vídeo por parte do gabinete de arquitectura responsável pelo projecto da Plataforma das Artes, em que o Centro de Artes José de Guimarães, com essa designação, já ali adoptada, se assumia com destaque na própria imagem e nomenclatura do equipamento. Aliás, na própria memória descritiva do projecto geral de arquitectura da Plataforma das Artes, se diz que estão definidas três grandes áreas programáticas: O Centro de Artes José de Guimarães, os Ateliers emergentes de Apoio à Criatividade e os Laboratórios Criativos. Relativamente ao Centro de Artes José de Guimarães, diz-me mesmo que *“irá acolher uma exposição permanente, no caso a Colecção José de Guimarães, área de exposições temporárias, espaço polivalente destinado a actividades complementares de apresentações e pequenos espectáculos, para além de uma série*

*de serviços auxiliares, num edifício com 11.300m<sup>2</sup> de construção.”*  
O PSD desde início concordou com o propósito assumido de instalar na Plataforma das Artes a enorme colecção de José de Guimarães, um artista de Guimarães, de inegável renome internacional. Para além do justo reconhecimento a um filho desta terra, notabilizado internacionalmente na área de que Guimarães será capital europeia em 2012, trata-se de um espólio avaliado em cerca de €22 milhões, que pode assegurar, ou ajudar a assegurar, a viabilização e sustentabilidade do equipamento, nos pós-2012. No entanto, independentemente de termos opinião quanto à circunstância de nos encontrarmos, apenas agora, já com a obra adjudicada, a discutir uma questão embrionária e que deveria estar resolvida desde início, facto indesmentível é a importância para Guimarães, e para a Plataforma das Artes, que se consiga garantir a participação do artista José de Guimarães. Pelo que consideramos crucial perceber se há evoluções, ou perspectivas, para que Guimarães possa dispor neste seu espaço museológico de uma enorme e valiosíssima colecção do artista José de Guimarães, e para que a Plataforma das Artes possa ter o fim com que foi projectada, nela se incorporando o Centro de Artes José de Guimarães”. -----

**O Vereador José Manuel Torcato Ribeiro** leu, em voz alta, um documento sobre o **ponto 1 da proposta**, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “A entrega da programação e gestão da Plataforma das Artes à Cooperativa A Oficina merece da nossa parte um voto positivo. Concordamos que *“por integrar instituições e individualidades do concelho, a Oficina tem”* mais condições de garantir,” *uma gestão participada e partilhada com outros actores que importa implicar na gestão destes equipamentos.”* Neste



sentido, é com expectativa que aguardamos o conteúdo da resposta que A Oficina, após a aprovação desta proposta, apresentará. Lembramos que esta solução surge da necessidade de resolver um diferendo que se tem arrastado, na nossa perspectiva, tempo demais, com o pintor José de Guimarães e a Câmara, quanto ao modelo de gestão para o Museu de Arte Contemporânea previsto para a Plataforma das Artes. Há no entanto, uma leitura política a fazer sobre esta decisão. E para isso basta ler o enunciado desta proposta principalmente o seu primeiro parágrafo da segunda página onde se pode concluir um procedimento contrário do aplicado para a criação da Fundação Cidade de Guimarães. Esta proposta contém igualmente, uma posição que indicia uma mudança de rumo, da Câmara perante a FCG, porque entrega a gestão do principal equipamento da CEC2012, o mais mediático, à Oficina, não seguindo, para já, aquilo que os estatutos da FCG prevêem no seu artigo 3º, alínea b), e que, passo a citar: " Findo este evento, a Fundação pode vir a assumir a gestão do património cultural e dos respectivos equipamentos, propriedade do município de Guimarães e de outros que lhe sejam afectos..." É pois com agrado que registámos esta mudança da CMG". -----

**O PONTO 1 DA PROPOSTA FOI COLOCADO À VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADO POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Após aprovação de uma proposta no sentido de que se fossem discutidos e votados separadamente os dois pontos em que se decompunha a proposta presente para deliberação no ponto 4, cumpre apresentar declaração de voto dos vereadores do PSD, para o primeiro ponto. Foi esclarecido, nos termos que melhor constam

da intervenção realizada, que é opinião dos vereadores do PSD que a programação de um equipamento cultural como a Plataforma das Artes e Criatividade pode, e porventura deve, ser levada a cabo pela Cooperativa «A Oficina». Foram no entanto formuladas dúvidas quanto à ausência de qualquer referência e/ou participação da Fundação Cidade de Guimarães, entidade responsável pela gestão e condução da vertente imaterial da CEC/2012, e ainda quanto à inexistência de qualquer referência ao artista José de Guimarães, e ao acordo que com o mesmo se encontra pendente, de colocação das suas obras, e de peças de uma colecção privada sua, na Plataforma das Artes, concretamente no Centro de Artes José de Guimarães. Relativamente à primeira questão suscitada, foi esclarecido pelo Presidente de Câmara que a Fundação Cidade de Guimarães foi previamente envolvida na decisão de entrega da gestão deste equipamento à «Oficina», isto é, que a entidade responsável pela gestão da vertente imaterial da CEC/2012, havia sido envolvida no processo decisório, e concordado com a decisão de entrega à «Oficina» da elaboração de uma proposta de programação para a Plataforma das Artes. Por outro lado, esclareceu o Presidente de Câmara que existe, por parte da Câmara, total abertura para que se atinja o acordo com o artista José de Guimarães, isto é, que uma tal decisão de entrega de elaboração de uma proposta de programação à «Oficina» não limita de forma alguma que possa existir um entendimento com o mestre José de Guimarães nos termos inicialmente pensados para este projecto, mais declarando existir total abertura da Câmara Municipal para essa finalidade. Em face dos esclarecimentos prestados às dúvidas concretamente levantadas pelos vereadores do PSD, designadamente, tendo sido assegurado o prévio envolvimento e concordância da Fundação





Cidade de Guimarães nesta decisão, e tendo sido manifestada intenção de prosseguir com as negociações com o artista José de Guimarães, com vista à salvaguarda do projecto pensado para o equipamento – que foi aquilo que o PSD sempre procurou defender e salvaguardar – decidiram os vereadores do PSD votar a favor deste primeiro ponto”. -----

Sobre o **ponto 2** da proposta o **Vereador André Coelho Lima** leu, em voz alta, um documento pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Relativamente ao segundo ponto da deliberação, a posição do PSD é já mais linear. Consideramos imprescindível *“a elaboração de um estudo que configure uma proposta de modelo de gestão global e a sua sustentabilidade económica em termos futuros”*, para o equipamento cultural Plataforma das Artes. No entanto, rejeitamos liminarmente que possa ser levado a cabo pel’«A Oficina». Por dois motivos essenciais: Em primeiro lugar, não se reconhece à «Oficina» a capacidade e habilitação necessárias para um projecto, de índole económico, com vista a propor um modelo de gestão, e sobretudo, um modelo de sustentabilidade económico e financeiro. «A Oficina» é uma régie-cooperativa participada pelo Município de Guimarães. Que tem demonstrado capacidade para gerir espaços culturais, mas não propriamente para dar lições, vale dizer, apresentar estudos, acerca da sustentabilidade económica dos mesmos. Como é público, a Câmara Municipal transfere anualmente para «A Oficina» elevados montantes que se destinam, precisamente, a cobrir a actividade economicamente deficitária dos espaços geridos por aquela empresa. Naturalmente que não desconhecemos que a actividade cultural não é necessariamente lucrativa, pelo menos num curto-prazo, no entanto, parece-nos que uma entidade que gere

espaços culturais sem preocupação pelo lucro da sua actividade, de tal modo que necessita dos dinheiros do Município para manter a sua actividade, não será a entidade mais capaz para apresentar estudos de sustentabilidade e propostas de modelo de gestão. Para mais, na medida em que a actividade específica da Plataforma das Artes, programação no domínio das artes plásticas e área expositiva, não é uma actividade para que esteja, ainda, vocacionada «A Oficina», que gere em concertação com Serralves algumas exposições no Palácio de Vila Flor, o que temos que reconhecer que é muito pouco para quem se proponha apresentar um “estudo” sobre esta área específica, na qual não tem «A Oficina», manifestamente, a experiência suficiente. Em segundo lugar, precisamente por termos referido, logo no início desta intervenção, ser «A Oficina» a empresa que pode, e porventura deve, ter a seu cargo a gestão da Plataforma das Artes. Ora, admitindo que se pretenda entregar a gestão da Plataforma das Artes à «Oficina», a entrega do estudo a essa mesma entidade fará com que «A Oficina» esteja a elaborar uma proposta que pode concluir ser ela própria a melhor solução para gestão do espaço. O que, por uma questão de transparência mínima de procedimentos, deve a todo o custo ser evitado. Nesses termos, por considerarmos ser «A Oficina» uma empresa idónea e capaz para gerir a Plataforma das Artes, cremos que a mesma se deverá abster, naturalmente, de elaborar o estudo quanto ao modelo de gestão e modelo de sustentabilidade económica desse mesmo equipamento que se propõe gerir”. -----

**Foi proposto e aceite por unanimidade alterar a redacção do ponto 2 da proposta, da seguinte forma: “(...) b) – Que promova a elaboração de um estudo (...)” O PONTO 2 DA PROPOSTA FOI COLOCADO À VOTAÇÃO TENDO SIDO**



**APROVADO POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Relativamente ao segundo ponto da deliberação, foi manifestada, na intervenção, uma posição dos vereadores do PSD contrária à proposta elaborada, e por dois motivos essenciais. Em primeiro lugar, por não se reconhecer à «Oficina» a capacidade e habilitação necessárias para elaborar um estudo, de índole económico, com vista a propor um modelo de gestão, e sobretudo, um modelo de sustentabilidade económico e financeiro, até por não se tratar de uma entidade cuja preocupação seja o lucro ou a sustentabilidade económica dos projectos em que se envolve, para além de que a actividade específica de programação no domínio das artes plásticas e área expositiva, não é uma actividade para que esteja vocacionada ou em que esteja experimentada «A Oficina». Em segundo lugar porque, sendo opinião dos vereadores do PSD poder ser «A Oficina» a empresa responsável pela gestão da Plataforma das Artes, não pareceria de bom tom a entrega da responsabilidade de elaboração deste estudo e proposta de modelo de gestão a essa mesma entidade, pois que estaria «A Oficina» a elaborar uma proposta que pode concluir ser ela própria a melhor solução para gestão do espaço. No entanto, foi, no decurso da discussão, explicado pelo Presidente de Câmara que contrariamente ao que resultava do primitivo texto de deliberação, não se pretende que seja «A Oficina» a elaborar o estudo económico-financeiro, pretendendo-se tão somente delegar n'«A Oficina» a encomenda do estudo a uma outra entidade, com capacidade e apetência para o efeito, sendo que a razão de ser desta delegação n'«A Oficina» se prende com a circunstância de ser esta a entidade com poderes delegados na área cultural, apta como tal a estabelecer o

programa funcional com base no qual será efectuado o estudo de sustentabilidade económico-financeira e proposta de modelo de gestão. Com base neste esclarecimento, e na consequente alteração do texto da deliberação por forma a ficar mais perceptível aquele que é o propósito com o mesmo pretendido, os vereadores do PSD votaram favoravelmente este segundo ponto desta deliberação”. -----

**CÂMARA MUNICIPAL – RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2010**

– Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2010, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este executivo é convidado a apreciar o documento Relatório e Contas relativos ao exercício de 2010. A primeira conclusão que tiramos é que esta prestação de contas relativa ao ano de 2010, descredibiliza totalmente o documento que no Executivo e na Assembleia Municipal foi votado pela maioria socialista – o Plano e Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para 2010. Que sentido de responsabilidade demonstram aqueles que votaram favoravelmente um documento que de acordo com o sr. Presidente da Câmara, o fazem “às cegas”? Que sentido de responsabilidade tem este executivo para elaborar documentos fundamentais para a gestão do município quando não consegue prever e fazer reflectir num documento previsional, a máxima



aproximação à realidade dos eventos futuros em sede de execução orçamental por parte do Município? Esta execução desvirtua o verdadeiro propósito destas peças contabilísticas e contraria os princípios e as regras que foram impostas pelo POCAL (Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro). Está assumido um princípio onde se assume que qualquer execução inferior a 65% dos objectivos inicialmente definidos traduz sem qualquer ambiguidade **má execução orçamental** e os responsáveis são obrigados em sede de Relatório de Gestão a prestar os esclarecimentos e as justificações fundamentadas. Esta regra elementar não é cumprida neste relatório. O passivo do Município de Guimarães em 31/12/2010 é de 127.220.108,23 €, sofreu um agravamento de 13.151.775,98 €, mais 11,53 % face a 2009 (114.068.332,25 €). O Orçamento para 2010 sofreu 2 alterações (1 em 2009) quanto ao orçamento de receitas e 233 alterações (204 em 2009) quanto ao orçamento de despesas, quase uma alteração por dia. O Plano Plurianual de Investimentos sofreu 119 alterações (122 em 2009). Porque razão serão necessárias tantas alterações? Mais de 30 milhões de euros foram movimentados dumas rubricas para outras, que como se disse atrás **demonstra o pouco rigor na construção dos documentos. A taxa de execução das despesas apresenta um valor de 52,08%, tendo sido orçamentado cerca de 164 milhões para um valor executado de 85.682.635,99 €. A taxa de execução das receitas apresenta um valor de 52,00%, tendo sido orçamentado cerca de 164 milhões para um valor executado de 85.554.240,77€.** As taxas de execução orçamental da Despesa, na rubrica **Despesas Correntes** foi de 73,72 % (78,62 % em 2009), podendo este indicador significar alguma contenção nos custos, mas uma leitura atenta permite

verificar que mais de 11 milhões de euros estão comprometidos e não pagos. (89,41%) Nas **Despesas de Capital** assistimos a uma taxa de execução de 35,75 %, tendo investido 33,5 milhões de euros quando se propunham no Orçamento aprovado pela maioria socialista investir cerca de 93,75 milhões de euros. No que diz respeito **às Receitas correntes**, para uma previsão de 72,59 milhões de euros foram cobradas 65 milhões, uma taxa de execução de 87,1 %, sendo de realçar a receita de impostos directos e indirectos cujo total de **27.217.406,14 €**, apenas baixou, face à receita de 2009, **1,7%**. Em tempo de crise e de muitas dificuldades para os vimaranenses, não se lhes pode assacar qualquer responsabilidade pela má execução orçamental em 2010. Ainda que taxados pelos valores máximos, os vimaranenses e as suas empresas deram um contributo valioso. Pena foi que os responsáveis municipais não tenham feito trabalho de igual qualidade. Reafirmamos o que temos vindo a dizer: em impostos directos não tem havido diminuição da receita para os cofres do município e que por isso havia margem para os reduzir. Quanto às **Receitas de capital** a taxa de execução foi de apenas **24,2 %** para uma previsão orçamental de 91,01 milhões de euros apenas foram arrecadados 22,02 milhões. Regista-se que em 31/12/2010 o Município, de empréstimos contraídos a médio/longo prazo, **deve agora 63,09 milhões de euros**. Como dissemos no início, este relatório reflecte a falta de sentido de responsabilidade deste executivo na elaboração dos documentos previsionais e a sua posterior execução orçamental dá um péssimo contributo para a credibilização das instituições Câmara e Assembleia Municipal. **Por isso votamos contra". -----**

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS**



**MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES EM LIQUIDAÇÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2010** – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – ANO DE 2010, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----  
**PELAS ONZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----